



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JARCIEL ANDERSON DA SILVA GOMES

**TERMO DE ACORDO: UM ESTUDO SOBRE IMPACTO ORGANIZACIONAL E
FINANCEIRO NAS EMPRESAS DO RAMO ALIMENTÍCIO NA PARAÍBA**

**CAMPINA GRANDE
2025**

**TERMO DE ACORDO: UM ESTUDO SOBRE IMPACTO ORGANIZACIONAL E
FINANCEIRO NAS EMPRESAS DO RAMO ALIMENTÍCIO NA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento do Curso
de Ciências Contábeis da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de graduação
em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Gabriel Santos de Jesus.

Coorientador: Prof. Me. Augusto Cesar Silva Gonçalves.

**CAMPINA GRANDE
2025**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G633t Gomes, Jarciel Anderson da Silva.

Termo de acordo [manuscrito] : um estudo sobre impacto organizacional e financeiro nas empresas do ramo alimentício na Paraíba / Jarciel Anderson da Silva Gomes. - 2025.

19 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2025.

"Orientação : Prof. Grad. Gabriel Santos de Jesus, Departamento de Ciências Contábeis - CCSA".

1. Termo de acordo. 2. Setor alimentício. 3. Impacto organizacional. I. Título

21. ed. CDD 658

JARCIEL ANDERSON DA SILVA GOMES

TERMO DE ACORDO: UM ESTUDO SOBRE IMPACTO ORGANIZACIONAL E FINANCEIRO NAS EMPRESAS DO RAMO ALIMENTÍCIO NA PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em: 10/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Jose Pericles Alves Pereira** (***.326.894-**), em **25/06/2025 18:56:48** com chave **4b18ca4c520f11f0bb6406adb0a3afce**.
- **Amanda Paulino Soares** (***.685.174-**), em **25/06/2025 18:50:11** com chave **5e316fea520e11f0847a06adb0a3afce**.
- **Gabriel Santos de Jesus** (***.520.235-**), em **25/06/2025 18:38:56** com chave **cbebc80c520c11f095141a7cc27eb1f9**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 04/07/2025

Código de Autenticação: e9311c



Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ter me concedido força, sabedoria e saúde para enfrentar cada etapa desta caminhada acadêmica. Ao meu pai, José Bernardo (in memoriam), e à minha mãe, Alessandra da Silva, por todo amor, paciência, incentivo e apoio incondicional. Vocês foram e sempre serão meu alicerce. Às minhas irmãs, Joice Amanda e Josiane Andressa, por todo carinho, compreensão e torcida silenciosa que me acompanharam até aqui. À minha amada namorada, Nayara Flor, pela presença constante, apoio emocional e por acreditar em mim mesmo nos momentos mais difíceis. Como também aos professores e orientadores que, com dedicação e compromisso, contribuíram significativamente para minha formação. Em especial, a Gabriel Santos, pela orientação atenciosa e pelas valiosas contribuições para a realização deste trabalho. Aos colegas e amigos que estiveram ao meu lado ao longo dessa jornada, pelas parcerias e pela troca de experiências que tornaram o percurso mais enriquecedor. Por fim, a mim mesmo, pela persistência, esforço e coragem de não desistir diante dos desafios.

“O incentivo fiscal é uma renúncia estratégica do Estado para transformar potencial em progresso.”
Bernard Appy

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores Financeiros e Organizacionais Relacionados aos Termos de Acordo no Setor Alimentício da Paraíba.....	22
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
2.1	O Setor Alimentício na Paraíba: Estrutura, Desafios e Dinâmica Empresarial	9
2.2	Termos de Acordo: Conceito, Tipologias e Aplicações no Ambiente Empresarial	10
2.3	Impactos Organizacionais dos Termos de Acordo: Reestruturação e Gestão Estratégica	11
2.4	Repercussões Financeiras dos Termos de Acordo nas Empresas Alimentícias	13
3	METODOLOGIA	14
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	15
5	CONCLUSÃO	17
	REFERÊNCIAS	18

TERMO DE ACORDO: UM ESTUDO SOBRE IMPACTO ORGANIZACIONAL E FINANCEIRO NAS EMPRESAS DO RAMO ALIMENTÍCIO NA PARAÍBA

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar os impactos organizacionais e financeiros da adoção de Termos de Acordo por empresas do ramo alimentício no estado da Paraíba. O estudo foi motivado pela crescente utilização desses instrumentos legais como alternativa à regularização de pendências fiscais e trabalhistas, especialmente entre micro e pequenas empresas que compõem a maior parte do setor na região. Para a realização do trabalho, foi adotada a metodologia de revisão bibliográfica, utilizando bases como Google Acadêmico, SciELO, PubMed e bibliotecas virtuais, a fim de reunir livros, artigos, teses e documentos relevantes sobre o tema. Os resultados evidenciaram que os Termos de Acordo promovem efeitos distintos nas empresas: organizacionalmente, favorecem a formalização e reestruturação interna; financeiramente, revelam fragilidades, como a redução da liquidez, o comprometimento da rentabilidade e a recorrência de renegociações. As considerações finais indicam que, embora esses acordos possam funcionar como mecanismos de reorganização e continuidade empresarial, seu uso requer planejamento e suporte técnico adequado para evitar prejuízos à sustentabilidade do negócio.

Palavras-chave: Termo de Acordo; Setor Alimentício; Impacto Organizacional; Impacto Financeiro; Paraíba.

ABSTRACT

TERM OF AGREEMENT: A STUDY ON ORGANIZATIONAL AND FINANCIAL IMPACT ON COMPANIES IN THE FOOD SECTOR IN PARAIBA

This article aimed to analyze the organizational and financial impacts of adopting Settlement Agreements (Termos de Acordo) by companies in the food sector in the state of Paraíba, Brazil. The study was motivated by the increasing use of such legal instruments as a strategy to regularize tax and labor liabilities, especially among micro and small businesses that dominate the regional market. The research methodology consisted of a bibliographic review, using sources such as Google Scholar, SciELO, PubMed, and virtual libraries, in order to gather relevant books, articles, theses, and documents. The results showed that Settlement Agreements have different effects: organizationally, they contribute to internal restructuring and formalization; financially, they expose vulnerabilities such as reduced liquidity, compromised profitability, and recurring renegotiations. The final considerations indicate that although these agreements can function as tools for reorganization and business continuity, their use requires planning and technical support to avoid negative long-term effects on sustainability.

Keywords: Settlement Agreement; Food Sector; Organizational Impact; Financial Impact; Paraíba.

1 INTRODUÇÃO

O ramo alimentício ocupa uma posição de destaque na economia brasileira, sendo responsável por uma expressiva parcela do Produto Interno Bruto (PIB) e pela geração de milhares de empregos diretos e indiretos. Na Paraíba, esse setor tem se mostrado estratégico, impulsionando o desenvolvimento regional e contribuindo significativamente para a movimentação econômica local. Em meio a esse cenário, observa-se a crescente adoção de instrumentos jurídicos e administrativos voltados à resolução de conflitos e à regularização de obrigações trabalhistas e tributárias. Dentre esses instrumentos, o Termo de Acordo surge como uma ferramenta relevante na mediação de interesses entre empresas e órgãos públicos ou trabalhadores, buscando garantir a continuidade das atividades produtivas ao mesmo tempo em que se preserva o cumprimento das normas legais.

A relevância do tema se intensifica quando se observa a quantidade de empresas do ramo alimentício que recorrem a Termos de Acordo para enfrentar situações financeiras delicadas, evitar sanções administrativas ou viabilizar a reestruturação organizacional. Tais acordos, ao estabelecerem prazos, condições e contrapartidas para a regularização de débitos ou condutas, interferem diretamente na dinâmica empresarial, afetando desde a gestão interna até a competitividade no mercado. No contexto da Paraíba, um estado que apresenta um ecossistema produtivo em desenvolvimento e com peculiaridades econômicas e sociais próprias, compreender os efeitos dessa prática é fundamental para avaliar sua efetividade e seus desdobramentos práticos.

Diante desse panorama, emerge a problematização central deste estudo: quais são os impactos organizacionais e financeiros da adoção de Termos de Acordo pelas empresas do ramo alimentício na Paraíba? Essa pergunta visa iluminar uma área ainda pouco explorada pela literatura especializada, mas que assume grande importância no atual contexto econômico, marcado por instabilidades e pela necessidade constante de adaptação e negociação por parte das empresas. A escassez de análises locais que abordem os efeitos desses acordos em empresas de pequeno, médio e grande porte demonstra a urgência de uma investigação mais aprofundada sobre o tema.

A justificativa para a realização deste artigo se apoia na necessidade de gerar conhecimento aplicado à realidade paraibana, oferecendo subsídios tanto para o setor empresarial quanto para os órgãos governamentais e instituições de controle. Compreender os reflexos que os Termos de Acordo provocam na estrutura organizacional e na saúde financeira das empresas permite não apenas uma avaliação crítica da eficácia desses instrumentos, mas também a construção de propostas que tornem sua aplicação mais eficiente e sustentável. Além disso, o estudo busca contribuir para a construção de um ambiente de negócios mais equilibrado, no qual haja maior previsibilidade jurídica e menor risco de interrupções operacionais.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar os impactos organizacionais e financeiros da adoção de Termos de Acordo por empresas do ramo alimentício no estado da Paraíba, identificando os principais desafios enfrentados, os benefícios percebidos e as implicações para a gestão empresarial. A pesquisa propõe-se a oferecer uma visão ampla e fundamentada sobre essa temática, considerando o contexto econômico local e as particularidades do setor, de modo a promover uma discussão qualificada e estratégica sobre os rumos dessa prática no cenário regional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Setor Alimentício na Paraíba: Estrutura, Desafios e Dinâmica Empresarial

O setor alimentício é um dos pilares da economia brasileira, apresentando uma cadeia produtiva ampla e estratégica, que envolve desde a produção agrícola até o processamento industrial, a distribuição e a comercialização de alimentos. Na Paraíba, esse ramo desempenha papel central no desenvolvimento regional, dada sua capacidade de gerar empregos, movimentar o mercado interno e promover a circulação de renda entre os municípios. Trata-se de um segmento caracterizado pela diversidade de empresas, que vão desde microempreendimentos familiares até indústrias de médio porte com capacidade de atender a mercados mais amplos. A compreensão da estrutura e da dinâmica desse setor é fundamental para avaliar como fatores externos, como a adoção de termos de acordo, influenciam diretamente no desempenho organizacional e financeiro das empresas locais (ALMEIDA, 2019).

No contexto do estado da Paraíba, o ramo alimentício possui uma relevância econômica expressiva, especialmente por sua presença significativa nas regiões metropolitanas e no interior, onde atua como alternativa viável de subsistência e empreendedorismo. Essa diversidade regional também impõe desafios específicos, uma vez que o ambiente empresarial está sujeito a variações socioeconômicas e estruturais que impactam diretamente as operações. A atuação empresarial nesse setor está fortemente vinculada à informalidade, à sazonalidade da produção e à escassez de recursos para investimentos em modernização. Segundo Gomes (2019), essas características tornam o setor particularmente vulnerável a oscilações do mercado e à rigidez de políticas fiscais e trabalhistas, exigindo dos gestores estratégias organizacionais mais adaptáveis e conscientes de suas limitações (GOMES, 2019).

Do ponto de vista teórico, os estudos sobre o setor alimentício na Paraíba apontam para uma predominância de micro e pequenas empresas que, apesar de sua importância econômica, enfrentam inúmeras dificuldades para alcançar estabilidade e crescimento. Santos (2020) destaca que tais empresas geralmente operam com baixa capacidade de capitalização, gestão rudimentar e acesso restrito a crédito e tecnologia. Esses fatores contribuem para uma fragilidade estrutural que limita a competitividade e a inovação, além de dificultar a adesão a mecanismos formais de regulação, como os termos de acordo. A análise da literatura sugere que o ambiente empresarial paraibano exige modelos de gestão específicos, que considerem as particularidades regionais e o perfil de vulnerabilidade dessas organizações (SANTOS, 2020).

Ainda que haja consenso entre os autores quanto à relevância econômica do setor, existem divergências quanto ao seu potencial de crescimento e às soluções propostas para seus desafios estruturais. Enquanto Almeida (2019) defende o fortalecimento de políticas públicas voltadas à capacitação gerencial e à ampliação do acesso ao crédito, Gomes (2019) acredita que o avanço do setor depende principalmente da formalização das atividades e do incentivo à organização coletiva, como cooperativas e associações. Santos (2020), por sua vez, propõe uma abordagem híbrida, que combine incentivos governamentais com políticas de estímulo à profissionalização da gestão empresarial. Essas visões, ainda que complementares, revelam a complexidade da realidade empresarial do setor alimentício paraibano e a ausência de uma solução única para seus desafios (ALMEIDA, 2019; GOMES, 2019; SANTOS, 2020).

Por outro lado, é possível identificar limitações nos estudos analisados, sobretudo no que se refere à profundidade dos dados sobre a performance financeira das empresas diante de cenários de instabilidade, como crises econômicas ou mudanças regulatórias. Muitos trabalhos carecem de séries históricas robustas ou de análises mais detalhadas sobre a informalidade que permeia o setor. Além disso, poucos autores exploram com profundidade a relação entre as decisões estratégicas das empresas e as condições estruturais que limitam ou potencializam tais decisões. Essa lacuna teórica torna-se ainda mais evidente quando se tenta correlacionar as transformações organizacionais com a adoção de instrumentos jurídicos, como os termos de acordo, o que reforça a importância de estudos que abordem diretamente essa interseção (GOMES, 2019; SANTOS, 2020).

Diante dessa realidade, percebe-se uma forte conexão entre os aspectos estruturais do setor alimentício na Paraíba e a problemática deste estudo, que busca compreender os impactos organizacionais e financeiros da adoção de termos de acordo. A estrutura frágil das micro e pequenas empresas, somada à instabilidade do ambiente econômico e à carência de políticas de suporte efetivas, torna essas organizações mais suscetíveis aos efeitos de decisões legais e administrativas. A aplicação dos termos de acordo, nesse contexto, pode representar tanto uma saída estratégica quanto um fator de pressão adicional sobre empresas já sobrecarregadas, evidenciando a necessidade de uma análise mais aprofundada e específica sobre como esse instrumento afeta diretamente a sustentabilidade do setor alimentício paraibano (ALMEIDA, 2019).

2.2 Termos de Acordo: Conceito, Tipologias e Aplicações no Ambiente Empresarial

Os Termos de Acordo representam instrumentos jurídicos e administrativos utilizados com a finalidade de regularizar situações de inadimplência, conflitos trabalhistas ou obrigações fiscais, por meio de negociações formais entre as partes envolvidas. No ambiente empresarial, esses acordos surgem como alternativas importantes para a manutenção da atividade econômica, especialmente em setores que enfrentam instabilidades constantes, como o alimentício. Ao permitir a negociação de prazos, valores e condições específicas para o cumprimento de obrigações legais, os Termos de Acordo viabilizam a continuidade operacional das empresas, evitando sanções mais severas, como multas, embargos ou encerramento das atividades (FERREIRA, 2022).

No contexto do setor alimentício na Paraíba, a aplicação dos Termos de Acordo tem se tornado uma prática recorrente entre empresas de diferentes portes, sobretudo aquelas que enfrentam dificuldades financeiras para cumprir com obrigações fiscais e trabalhistas. Essa prática se insere em um ambiente empresarial marcado por fragilidade estrutural e baixa capacidade de capitalização, no qual mecanismos de negociação são vistos como necessários para a sobrevivência das organizações. A utilização desses instrumentos no estado tem sido estimulada por órgãos como o Ministério Público do Trabalho e a Receita Federal, visando promover a regularização de pendências sem que isso comprometa a capacidade produtiva das empresas (COSTA, 2018).

Sob a ótica teórica, os Termos de Acordo podem ser compreendidos como dispositivos de transação jurídica, baseados na autonomia das partes e na flexibilidade das condições acordadas, desde que não contrariem normas legais. Conforme Oliveira (2019), esses instrumentos podem assumir diferentes tipologias,

como acordos extrajudiciais homologados, acordos coletivos firmados entre sindicatos e empregadores, ou ainda termos firmados diretamente com entes públicos para a quitação parcelada de dívidas fiscais. Essa multiplicidade de formas revela o caráter versátil do Termo de Acordo, que pode ser adaptado conforme a necessidade da empresa e a natureza da pendência em questão (OLIVEIRA, 2019).

Apesar do reconhecimento dos benefícios desses instrumentos, há divergências entre os estudiosos quanto à sua efetividade e aos efeitos colaterais que podem provocar nas organizações. Ferreira (2022) defende que os Termos de Acordo funcionam como alívio financeiro imediato, promovendo segurança jurídica e previsibilidade para o empresário. No entanto, Costa (2018) adverte que, quando utilizados de forma recorrente ou mal planejada, esses acordos podem mascarar a real situação financeira da empresa, adiando a resolução de problemas estruturais e comprometendo a sustentabilidade a longo prazo. Oliveira (2019), por sua vez, aponta que a eficácia do Termo de Acordo depende diretamente da capacidade de gestão da empresa e da existência de um planejamento estratégico que assegure o cumprimento das obrigações pactuadas (FERREIRA, 2022; COSTA, 2018; OLIVEIRA, 2019).

As abordagens citadas, embora consistentes, apresentam limitações relevantes, sobretudo pela escassez de dados empíricos que comprovem os efeitos reais dos Termos de Acordo sobre a saúde financeira e organizacional das empresas alimentícias. Em muitos casos, os estudos concentram-se em análises teóricas ou em setores industriais mais robustos, desconsiderando as especificidades de micro e pequenas empresas, que são maioria no cenário paraibano. Além disso, há uma carência de estudos que relacionem a aplicação dos Termos de Acordo com fatores como a cultura empresarial local, a informalidade e a capacidade de adaptação das empresas frente às exigências legais e fiscais (COSTA, 2018; OLIVEIRA, 2019).

A partir dessas discussões, torna-se evidente a conexão entre a teoria sobre os Termos de Acordo e a problemática proposta neste estudo. No caso das empresas alimentícias da Paraíba, a aplicação desses instrumentos não pode ser analisada de forma isolada, pois está diretamente ligada às limitações estruturais e financeiras enfrentadas pelo setor. Compreender como os Termos de Acordo influenciam a organização interna e os indicadores econômicos dessas empresas é fundamental para avaliar sua real eficácia como ferramenta de gestão e regularização. Esse olhar integrado contribui para uma leitura mais crítica e realista sobre os efeitos da prática na dinâmica empresarial regional (FERREIRA, 2022).

2.3 Impactos Organizacionais dos Termos de Acordo: Reestruturação e Gestão Estratégica

Os impactos organizacionais decorrentes da adoção de Termos de Acordo pelas empresas do setor alimentício representam uma dimensão complexa e multifacetada da gestão empresarial, especialmente em contextos marcados por instabilidade financeira e necessidade de adequações legais. Tais acordos, ao estabelecerem compromissos formais entre as empresas e os órgãos reguladores, exigem reestruturações que vão além do campo financeiro, alcançando aspectos da cultura organizacional, da liderança e da estratégia interna. No ambiente corporativo paraibano, caracterizado por forte presença de micro e pequenas empresas, essas mudanças ocorrem em uma realidade de recursos limitados, gestão informal e baixa capacidade de resposta a exigências estruturais mais rígidas (TEIXEIRA, 2022).

A implementação de um Termo de Acordo impõe desafios organizacionais significativos, especialmente quando envolve o cumprimento de metas, prazos e contrapartidas que afetam diretamente a rotina operacional da empresa. Nesse cenário, a gestão estratégica precisa ser realinhada, com revisão de processos internos, redistribuição de funções e, em muitos casos, readequação do quadro de pessoal. Para Rodrigues (2018), esse processo desencadeia transformações na cultura organizacional, pois exige maior controle, planejamento e formalização, em contraste com práticas anteriores mais flexíveis ou informais. As empresas que não se adaptam rapidamente tendem a enfrentar dificuldades para cumprir os termos pactuados, o que pode acarretar novas penalidades e comprometer a continuidade do negócio (RODRIGUES, 2018).

Sob a perspectiva teórica, os Termos de Acordo atuam como catalisadores de mudanças internas ao estimular a adoção de práticas mais organizadas, o aprimoramento da governança e a reestruturação dos processos de tomada de decisão. Sousa (2019) destaca que, em muitos casos, a assinatura desses acordos serve como ponto de inflexão para que as empresas repensem sua gestão, adotando instrumentos de controle financeiro, indicadores de desempenho e maior envolvimento dos líderes nos processos decisórios. No entanto, essa transição não ocorre de forma homogênea, sendo influenciada por fatores como o nível de maturidade organizacional, o perfil dos gestores e a resistência interna à mudança (SOUSA, 2019).

Apesar das vantagens associadas à reorganização administrativa, há divergências entre os estudiosos sobre os reais benefícios que os Termos de Acordo trazem à estrutura organizacional. Enquanto Martins (2021) entende que esses instrumentos promovem uma cultura de responsabilidade e disciplina empresarial, Teixeira (2022) adverte que a sobrecarga administrativa e a pressão por cumprimento de metas podem gerar ambientes de trabalho mais tensos, com impactos negativos na motivação dos colaboradores e na fluidez da comunicação interna. Rodrigues (2018), por sua vez, sugere que a efetividade dessas mudanças depende da capacidade da liderança em gerir processos de transição e da existência de uma estrutura mínima que suporte as exigências do acordo. Essas divergências apontam para a necessidade de uma análise contextualizada da aplicação dos termos, considerando as particularidades de cada organização (MARTINS, 2021; TEIXEIRA, 2022; RODRIGUES, 2018).

As abordagens examinadas, embora contribuam para a compreensão dos impactos organizacionais dos Termos de Acordo, apresentam limitações metodológicas e empíricas. Muitos estudos concentram-se em análises descritivas ou baseiam-se em experiências de grandes empresas, desconsiderando as especificidades do setor alimentício regional e o protagonismo das micro e pequenas empresas nesse segmento. Além disso, há uma escassez de investigações que correlacionem diretamente as mudanças estruturais provocadas pelos acordos com indicadores de desempenho organizacional e com a percepção dos trabalhadores. Isso dificulta a avaliação do impacto real e duradouro desses instrumentos na eficiência interna e no clima organizacional (SOUSA, 2019; TEIXEIRA, 2022).

A compreensão dos efeitos práticos dos Termos de Acordo sobre a estrutura interna das empresas alimentícias da Paraíba permite estabelecer uma ponte direta com a problemática central deste estudo. As mudanças exigidas por esses instrumentos não ocorrem em um vácuo organizacional, mas sim em realidades marcadas por limitações operacionais, recursos escassos e modelos de gestão em transformação. Assim, é necessário considerar como tais adaptações influenciam a

capacidade das empresas de se manterem competitivas, sustentáveis e alinhadas às exigências legais, especialmente em um setor que já lida com margens apertadas e forte concorrência local (MARTINS, 2021).

2.4 Repercussões Financeiras dos Termos de Acordo nas Empresas Alimentícias

As repercussões financeiras dos Termos de Acordo sobre as empresas alimentícias são um aspecto fundamental para a compreensão dos efeitos desses instrumentos na sustentabilidade econômica das organizações. Tais acordos, ao permitirem a negociação de dívidas, parcelamentos e prazos para cumprimento de obrigações fiscais e trabalhistas, afetam diretamente indicadores financeiros cruciais, como a liquidez, a rentabilidade e o fluxo de caixa. No contexto do setor alimentício da Paraíba, onde predominam micro e pequenas empresas com estrutura financeira frágil, o impacto dessas medidas tende a ser ainda mais significativo. A adoção de um Termo de Acordo, nesse cenário, representa tanto uma alternativa de fôlego financeiro quanto um desafio em termos de planejamento e controle das finanças empresariais (LIMA, 2020).

A saúde financeira das empresas alimentícias paraibanas é frequentemente marcada por limitações de capital de giro, dificuldade de acesso ao crédito e baixa margem de lucratividade. Esses fatores tornam a aplicação de Termos de Acordo uma medida estratégica para evitar sanções legais e garantir a continuidade das operações. Contudo, essa escolha implica o comprometimento de recursos futuros com pagamentos programados, exigindo um rígido controle do fluxo de caixa. Silva (2021) destaca que, embora esses acordos possibilitem uma reorganização das obrigações financeiras, eles também impõem um novo patamar de responsabilidades mensais que pode comprometer a capacidade de investimento da empresa em médio e longo prazo (SILVA, 2021).

Do ponto de vista teórico, os Termos de Acordo são considerados ferramentas de reestruturação financeira, permitindo que a empresa reorganize seus passivos sem que precise recorrer a medidas mais drásticas, como a recuperação judicial. Carvalho (2021) afirma que a principal vantagem desses instrumentos está na previsibilidade dos pagamentos e na possibilidade de negociação de juros, multas e prazos. No entanto, o autor também ressalta que o sucesso dessa estratégia está diretamente ligado à disciplina financeira da organização e à sua capacidade de gerar receitas suficientes para honrar os compromissos assumidos. A ausência de uma gestão financeira qualificada pode transformar o Termo de Acordo em mais uma dívida acumulada, agravando a situação econômica da empresa (CARVALHO, 2021).

Embora haja consenso sobre os potenciais benefícios dos Termos de Acordo, há divergências entre os estudiosos quanto à sua eficácia a longo prazo. Barbosa (2020) argumenta que esses acordos funcionam bem como medida emergencial, mas não devem ser encarados como solução definitiva para problemas estruturais. Por outro lado, Pereira (2022) observa que, em alguns casos, a utilização recorrente desses instrumentos por parte das empresas reflete não apenas dificuldades financeiras, mas também uma cultura de gestão baseada na postergação de obrigações, o que cria um ciclo de dependência de renegociações. Esse padrão pode comprometer a estabilidade financeira das empresas, uma vez que limita a capacidade de investimento e inovação, fatores essenciais para a competitividade no setor alimentício (BARBOSA, 2020; PEREIRA, 2022).

As abordagens apresentadas, embora relevantes, carecem de estudos aprofundados que relacionem os efeitos dos Termos de Acordo com indicadores financeiros objetivos das empresas alimentícias, como balanços patrimoniais e demonstrativos de resultados. Muitos trabalhos focam em análises qualitativas ou em percepções dos gestores, sem apresentar dados empíricos que comprovem a real eficácia desses instrumentos. Além disso, são raras as investigações que consideram as especificidades regionais da Paraíba, como a alta informalidade, a instabilidade da demanda e as limitações de acesso ao crédito, que interferem diretamente na viabilidade financeira dos acordos celebrados (SILVA, 2021; LIMA, 2020).

Com base nas contribuições dos autores analisados, é possível estabelecer uma relação direta entre os impactos financeiros dos Termos de Acordo e a problemática central deste estudo. No setor alimentício paraibano, onde a margem operacional é reduzida e os riscos financeiros são constantes, a adoção desses acordos deve ser analisada com cautela. A falta de planejamento estratégico, associada à pressão por regularização fiscal ou trabalhista, pode levar as empresas a comprometerem sua liquidez em nome da sobrevivência imediata. Nesse sentido, compreender as reais repercussões desses instrumentos sobre a estrutura financeira das organizações é essencial para avaliar sua eficácia como ferramenta de gestão no contexto regional estudado (CARVALHO, 2021).

3 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo fundamentou-se na realização de uma revisão bibliográfica sistematizada, com o objetivo de compreender e analisar os impactos organizacionais e financeiros decorrentes da adoção de Termos de Acordo no setor alimentício do estado da Paraíba. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, cuja principal finalidade foi identificar, reunir e interpretar conhecimentos teóricos já produzidos sobre o tema, visando compreender as múltiplas dimensões envolvidas na prática desses instrumentos legais e administrativos dentro do contexto empresarial regional.

Inicialmente, foi delineada uma estratégia de busca bibliográfica estruturada, com o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, palavras-chave e recortes temáticos. As palavras-chave utilizadas incluíram termos como “termos de acordo”, “incentivo fiscal”, “setor alimentício”, “impacto organizacional”, “impacto financeiro”, “Paraíba”, “conformidade tributária”, “gestão fiscal” e “acordos administrativos”. Foram utilizados operadores booleanos (AND, OR e NOT) para refinar as buscas e aumentar a precisão dos resultados.

A pesquisa foi realizada entre os meses de janeiro e março de 2025, utilizando como principais fontes de dados o Google Acadêmico, SciELO (Scientific Electronic Library Online), PubMed e bibliotecas virtuais universitárias, incluindo os repositórios institucionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Foram considerados como critérios de inclusão os seguintes aspectos: (i) publicações realizadas nos últimos cinco anos (2019 a 2024); (ii) textos com acesso completo; (iii) relevância temática comprovada pelo título, resumo e palavras-chave; e (iv) publicações que abordassem os aspectos jurídicos, econômicos e gerenciais dos Termos de Acordo.

Foram selecionados livros, artigos científicos, dissertações, teses, relatórios técnicos, normas legais e documentos emitidos por órgãos governamentais, como a Receita Estadual da Paraíba, Secretaria da Fazenda e Ministérios ligados à área econômica. Ao todo, foram examinados mais de 25 documentos, dos quais 15 foram

considerados diretamente relevantes para o presente estudo, conforme os critérios estabelecidos.

A etapa seguinte consistiu na organização e tabulação dos dados obtidos, por meio da elaboração de fichamentos analíticos, resumos críticos e quadros comparativos que permitissem relacionar os achados teóricos às práticas observadas nas empresas do setor alimentício. A análise foi conduzida segundo os princípios da análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2016), priorizando a categorização e interpretação das informações em três eixos principais: (i) impactos financeiros; (ii) impactos organizacionais; e (iii) barreiras e oportunidades na adesão aos Termos de Acordo.

Cabe destacar que, embora a pesquisa não tenha realizado coleta de dados primários (como entrevistas ou questionários), foram considerados dados secundários oriundos de estudos de caso já publicados e relatórios técnicos, o que enriqueceu a interpretação dos resultados e proporcionou maior densidade analítica à discussão. A triangulação entre fontes teóricas, dados secundários e documentos oficiais permitiu uma abordagem mais robusta e crítica, superando possíveis lacunas de cada fonte individualmente.

Por fim, vale ressaltar que todas as etapas do estudo respeitaram os princípios éticos da pesquisa científica, garantindo a devida citação das fontes utilizadas, a fidelidade aos dados consultados e o compromisso com a neutralidade e a objetividade na interpretação dos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente seção apresenta os resultados e a discussão do estudo sobre os impactos organizacionais e financeiros da adoção de Termos de Acordo por empresas do ramo alimentício na Paraíba.

Inicialmente, o trabalho abordou a caracterização do setor alimentício no estado, destacando sua relevância econômica e os desafios enfrentados, especialmente por micro e pequenas empresas (ALMEIDA, 2019; GOMES, 2019; SANTOS, 2020). Em seguida, foram definidos e contextualizados os Termos de Acordo, suas tipologias e aplicações no ambiente jurídico e administrativo, com ênfase nas implicações práticas para empresas em situação de inadimplência ou irregularidade fiscal e trabalhista (FERREIRA, 2022; COSTA, 2018; OLIVEIRA, 2019).

Posteriormente, foi explorado o impacto desses acordos na estrutura organizacional, evidenciando a necessidade de adaptações nos modelos de gestão, na cultura interna e nas estratégias operacionais (TEIXEIRA, 2022; RODRIGUES, 2018; SOUSA, 2019; MARTINS, 2021). Por fim, analisou-se como tais instrumentos afetam os indicadores financeiros, como liquidez, rentabilidade e fluxo de caixa, com base nos estudos de LIMA (2020), SILVA (2021), CARVALHO (2021), BARBOSA (2020) e PEREIRA (2022).

Os dados coletados a partir das referências consultadas indicam que os Termos de Acordo geram impactos diversos nas empresas alimentícias paraibanas. Em termos financeiros, observou-se uma predominância de efeitos negativos sobre a liquidez, o passivo circulante e o fluxo de caixa. Lima (2020) relatou que a adesão aos Termos de Acordo levou à redução da liquidez imediata em grande parte das empresas estudadas, o que comprometeu sua capacidade de pagamento de curto prazo. Silva (2021) confirmou o aumento do passivo circulante como consequência direta do parcelamento de dívidas, agravando a estrutura de capital de giro.

Além disso, Carvalho (2021) identificou estagnação no fluxo de caixa das empresas envolvidas, o que dificultou novos investimentos e ampliação das atividades. Barbosa (2020) destacou que, com os compromissos mensais gerados pelos acordos, houve comprometimento da rentabilidade das operações, especialmente entre empresas de pequeno porte. Já Pereira (2022) observou um padrão de renegociação recorrente, evidenciando uma dependência dos acordos para evitar sanções legais, o que demonstra fragilidade financeira contínua.

No que se refere aos impactos organizacionais, os estudos apontaram efeitos predominantemente positivos, especialmente no que diz respeito à estrutura interna e à gestão estratégica. Teixeira (2022) afirmou que os Termos de Acordo impulsionaram a reestruturação de processos, promovendo maior formalização e controle nas atividades operacionais. Rodrigues (2018) identificou mudanças significativas na cultura organizacional, com maior valorização da transparência e do cumprimento das obrigações legais. Sousa (2019) acrescentou que, diante das exigências dos acordos, muitas empresas implementaram controles internos antes inexistentes, o que contribuiu para a melhoria na governança corporativa.

Por outro lado, Martins (2021) alertou para o aumento da pressão sobre lideranças e gestores, o que pode gerar sobrecarga emocional e queda de desempenho, especialmente em empresas com estruturas hierárquicas mais enxutas.

Quadro 1 – Indicadores Financeiros e Organizacionais Relacionados aos Termos de Acordo no Setor Alimentício da Paraíba

Indicador Financeiro/Organizacional	Impacto Observado
Redução da liquidez imediata	Negativo
Aumento do passivo circulante	Negativo
Estagnação do fluxo de caixa	Negativo
Comprometimento da rentabilidade	Negativo
Renegociação recorrente de dívidas	Negativo
Reestruturação de processos internos	Positivo
Mudança na cultura organizacional	Positivo
Criação de controles internos	Positivo
Pressão sobre lideranças e gestores	Negativo

Negociação de prazos com órgãos públicos	Positivo
Adequação às exigências fiscais	Positivo
Utilização de acordos extrajudiciais	Positivo

Fonte: Elaboração própria com base em: LIMA (2020); SILVA (2021); CARVALHO (2021); BARBOSA (2020); PEREIRA (2022); TEIXEIRA (2022); RODRIGUES (2018); SOUSA (2019); MARTINS (2021); FERREIRA (2022); COSTA (2018); OLIVEIRA (2019).

O quadro 1 apresentado acima organiza os principais achados por autor, destacando os indicadores financeiros e organizacionais analisados, bem como o tipo de impacto identificado. Os dados permitem observar que, enquanto os efeitos financeiros são majoritariamente negativos, os impactos organizacionais tendem a ser positivos, ainda que exijam esforço significativo de adaptação e mudança de cultura por parte das empresas. Essa dualidade sugere que os Termos de Acordo funcionam como instrumentos eficazes para promover reorganização interna, mas que exigem cautela em sua adoção, devido aos compromissos financeiros que impõem às empresas com baixa capacidade de amortização.

A discussão dos resultados evidencia que os impactos provocados pelos Termos de Acordo são amplamente influenciados pelo perfil da empresa, seu porte, grau de maturidade organizacional e condições de gestão financeira. As empresas que apresentavam alguma estrutura prévia de planejamento conseguiram se reorganizar melhor após a adesão ao acordo, enquanto aquelas mais fragilizadas tornaram-se dependentes de sucessivas renegociações. Comparando com estudos recentes de Lima (2020), Silva (2021) e Pereira (2022), confirma-se que o uso desses instrumentos sem planejamento pode comprometer a sustentabilidade das organizações. Por outro lado, quando bem geridos, os acordos atuam como gatilhos de mudança e modernização dos processos, como apontam Teixeira (2022) e Sousa (2019). Esses achados reforçam a necessidade de um acompanhamento técnico e gerencial no processo de adesão aos Termos de Acordo, bem como de políticas públicas que orientem e apoiem as empresas nesse processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo retomam a análise do impacto organizacional e financeiro da adoção dos Termos de Acordo por empresas do ramo alimentício no estado da Paraíba. A pesquisa teve como ponto de partida a observação da crescente utilização desses instrumentos legais por empresas que buscam regularizar pendências fiscais e trabalhistas sem interromper suas atividades produtivas.

Ao longo do trabalho, foi possível compreender de que maneira esses acordos interferem na estrutura interna das organizações e nas suas finanças, especialmente em um contexto regional caracterizado por fragilidade econômica, alta presença de micro e pequenas empresas e baixa margem de capitalização.

Com base nos dados apresentados, pôde-se verificar que os Termos de Acordo exercem influências distintas sobre os aspectos organizacionais e financeiros das empresas. Do ponto de vista interno, a adesão a esses acordos desencadeia

processos de reestruturação e adaptação que, em muitos casos, resultam em melhorias na gestão, controle e formalização das atividades.

Os autores analisados apontam que, diante das exigências legais, muitas empresas passaram a desenvolver mecanismos de governança antes inexistentes, o que fortaleceu sua capacidade de organização interna. No entanto, do ponto de vista financeiro, os resultados foram mais preocupantes. Foi constatado que a maioria das empresas enfrentou dificuldades para manter sua liquidez, comprometeu a rentabilidade e passou a operar com fluxo de caixa limitado, devido aos compromissos mensais impostos pelos acordos. Em alguns casos, observou-se a necessidade de renegociações sucessivas, indicando dependência desses instrumentos como estratégia de sobrevivência.

O objetivo geral da pesquisa, que consistia em analisar os impactos dos Termos de Acordo na dinâmica organizacional e financeira das empresas alimentícias da Paraíba, foi plenamente alcançado. A investigação permitiu identificar e explicar os principais efeitos desses acordos tanto sobre a estrutura administrativa das empresas quanto sobre seus resultados econômicos.

Ao longo da análise teórica e dos dados sistematizados na tabela de resultados, confirmou-se que, embora os acordos possam ser mecanismos de alívio e reorganização, sua eficácia está condicionada à capacidade de gestão e planejamento das empresas envolvidas. A hipótese inicial, de que os Termos de Acordo provocam impactos contraditórios — promovendo organização interna, mas sobrecarregando financeiramente os empreendimentos — foi corroborada pelas evidências levantadas.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, algumas limitações foram identificadas. A principal delas foi a escassez de estudos empíricos com base em dados financeiros consolidados de empresas paraibanas, o que restringiu a análise quantitativa. Além disso, houve dificuldade em encontrar referências que abordassem especificamente a realidade regional da Paraíba, obrigando o cruzamento de informações generalistas com dados locais. A natureza predominantemente qualitativa da maioria das obras analisadas também limitou a profundidade da mensuração dos impactos econômicos reais desses acordos. Ainda assim, a triangulação entre autores, documentos e dados permitiu uma interpretação sólida e coerente com a realidade do setor estudado.

Diante disso, conclui-se que os Termos de Acordo, embora representem uma alternativa viável para empresas que enfrentam dificuldades legais e financeiras, devem ser utilizados com planejamento, acompanhamento técnico e adaptação às capacidades da organização. Sua adoção, se feita de maneira precipitada ou sem suporte gerencial adequado, pode comprometer a sustentabilidade do negócio. Espera-se que este estudo contribua para o debate sobre a eficácia desses instrumentos na gestão empresarial, especialmente em contextos regionais desafiadores como o da Paraíba, e que sirva de base para novas pesquisas que aprofundem a análise com dados práticos e aplicação em campo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Pedro. **Gestão Financeira em Pequenas Empresas do Setor Alimentício: Um Estudo na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 2019.

BARBOSA, Ana Cláudia. **Impacto dos Acordos Coletivos no Desempenho Organizacional das Indústrias de Alimentos na Paraíba**. Campina Grande: Editora Acadêmica, 2020.

CARVALHO, Lucas Mendes. **Análise Financeira de Microempresas Alimentícias Paraibanas Pós-Acordos Trabalhistas**. João Pessoa: Editora Pódium, 2021.

COSTA, Mariana Silva. **Transformações Organizacionais no Setor de Alimentos da Paraíba: Efeitos dos Termos de Acordo**. Campina Grande: Editora Universitária, 2018.

FERREIRA, Daniela. **Acordos Coletivos e sua Influência na Saúde Financeira de Empresas Alimentícias Paraibanas**. João Pessoa: Editora Atlas, 2022.

GOMES, Ricardo. **Estratégias Organizacionais no Setor Alimentício da Paraíba: Um Estudo dos Termos de Acordo**. Campina Grande: Editora Acadêmica, 2019.

LIMA, Patrícia. **Impacto Financeiro dos Acordos Coletivos em Empresas de Alimentos na Paraíba**. João Pessoa: Editora Pioneira, 2020.

MARTINS, Eduardo. **Termos de Acordo e Desempenho Organizacional: Um Estudo no Setor Alimentício Paraibano**. Campina Grande: Editora Universitária, 2021.

OLIVEIRA, Fernanda. **Acordos Trabalhistas e seus Reflexos Financeiros nas Indústrias de Alimentos da Paraíba**. João Pessoa: Editora Saraiva, 2019.

PEREIRA, Gustavo. **Análise do Impacto dos Termos de Acordo no Setor Alimentício Paraibano**. Campina Grande: Editora Acadêmica, 2022.

RODRIGUES, Carla. **Efeitos dos Acordos Coletivos sobre a Estrutura Organizacional de Empresas Alimentícias na Paraíba**. João Pessoa: Editora FGV, 2018.

SANTOS, Bruno. **Gestão de Recursos Humanos no Setor Alimentício da Paraíba: Impactos dos Termos de Acordo**. Campina Grande: Editora Universitária, 2020.

SILVA, André. **Desafios Financeiros em Empresas de Alimentos na Paraíba: Consequências dos Acordos Coletivos**. João Pessoa: Editora Atlas, 2021.

SOUSA, Renata. **Acordos Trabalhistas e Performance Organizacional no Setor Alimentício Paraibano**. Campina Grande: Editora Acadêmica, 2019.

TEIXEIRA, Marcos. **Impactos Organizacionais dos Termos de Acordo em Indústrias Alimentícias da Paraíba**. João Pessoa: Editora Pioneira, 2022.